



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638437 - MT (2021/0000773-0)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : JORDANY RAMINY COSTA COELHO
ADVOGADO : JORDANY RAMINY COSTA COELHO - DF041940
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIAO
PACIENTE : JAQUELINE XAVIER DE SOUSA MELO (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JAQUELINE XAVIER DE SOUSA MELO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO (HC n. 1041851-36.2020.4.01.0000).

A paciente foi presa no dia 16/12/2020 por força de mandado de prisão preventiva, acusada de ter cometido o crime tipificado nos arts. 154-A, § 3º, e 155, § 4º, inciso II, do Código Penal, tendo a função tipificada na representação como a de “laranja”, referente à quantia que caiu em sua conta no valor de R\$ 5.000,00, na data de 11/5/2020, do suposto responsável pelos furtos.

O impetrante sustenta que a paciente está sofrendo constrangimento ilegal porquanto possui situação favorável para ter sua prisão preventiva revogada, considerando que o crime pelo qual responde não foi cometido com violência ou grave ameaça, possui bons antecedentes criminais e, ainda, o perigo que a população carcerária atravessa pelo risco eminente de serem acometidos pela covid-19. Aduz que estão presentes o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* a ensejar a concessão da liminar no presente *habeas corpus* e, ainda, que é o caso de superação do óbice da Súmula n. 691/STF.

Requer, liminarmente, a concessão da medida de urgência para a revogação da prisão da paciente. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar concedida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

A matéria não pode ser apreciada pelo Superior Tribunal de Justiça, pois não foi examinada pelo Tribunal de origem, que ainda não julgou o mérito do *writ* originário.

A jurisprudência do STJ firmou-se no sentido de que não cabe *habeas corpus*

contra indeferimento de pedido de liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade, conforme demonstra o seguinte precedente:

AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. CUMPRIMENTO DE PENA EM PRISÃO DOMICILIAR. RECOMENDAÇÃO 62/2020 DO CNJ. COVID-19. GRUPO DE RISCO. CRIME VIOLENTO. CONDIÇÃO DE SAÚDE. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE POSSIBILIDADE DE AGRAVAMENTO. RECÁLCULO DA PENA. INOVAÇÃO RECURSAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. ILEGALIDADE. AUSÊNCIA. AGRAVO IMPROVIDO.

[...]

3. A matéria relativa ao recálculo da pena para fins de progressão de regime, além de representar indevida inovação recursal, não foi objeto de análise pelo Tribunal de origem, motivo pelo qual esse ponto não poderá ser conhecido por esta Corte Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

4. Agravo regimental improvido. (AgRg no HC n. 579.110/SP, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 14/9/2020.)

Confira-se também a Súmula n. 691 do STF: “Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a tribunal superior, indefere a liminar.”

No caso, não visualizo, em juízo sumário, manifesta ilegalidade que autorize o afastamento da aplicação do mencionado verbete.

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, *c*, *c/c* o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 06 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente